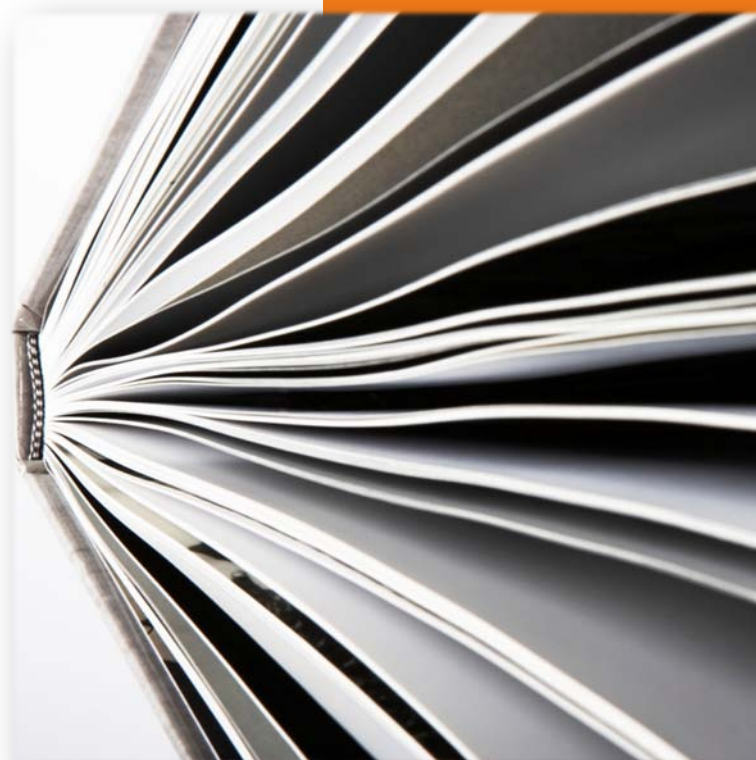


**PLANO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS**

**MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO**



**VOLUME I**

**MEMÓRIA**



**Porto, Outubro de 2012**

**PLANO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE ACESSIBILIDADE  
PARA TODOS DO  
MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO**

**VOLUME I**

**MEMÓRIA**

# **PLANO DE SOLUÇÕES INTEGRADAS DE ACESSIBILIDADE PARA TODOS DO MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO**

## **ÍNDICE GERAL DO PLANO**

<b>1. MEMÓRIA .....</b>	<b>VOLUME I</b>
<b>2. NORMATIVA DE ACESSIBILIDADE .....</b>	<b>VOLUME II</b>
<b>3. PLANO DE ACTUAÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>VOLUME III</b>
3.1. TRECHOS DE RUA .....	ANEXO I
3.2. ORÇAMENTO RESUMIDO.....	ANEXO II
<b>4. PLANO DE ACTUAÇÃO NOS EDIFÍCIOS .....</b>	<b>VOLUME IV</b>
<b>5. PLANO DE ACTUAÇÃO NO TRANSPORTE .....</b>	<b>VOLUME V</b>
<b>6. PLANO DE ACTUAÇÃO NA COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>VOLUME VI</b>
<b>7. PLANO DE ACTUAÇÃO NA INFOACCESSIBILIDADE .....</b>	<b>VOLUME VII</b>

# VOLUME I – MEMÓRIA

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	2
1.1 Antecedentes	3
<b>2. ACESSIBILIDADE</b>	7
2.1. Acessibilidade e Mobilidade	7
2.2. Utilizadores e Beneficiários	8
2.3. Acessibilidade: uma melhoria da qualidade de vida	8
<b>3. LEGISLAÇÃO</b>	9
3.1. Leis	9
3.2. Recomendações de âmbito europeu	10
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	12
4.1. Enquadramento Geográfico	12
<b>5. NECESSIDADES E OBJECTIVOS DO PLANO</b>	26
5.1. Necessidade de elaborar um Plano SIAT	26
5.2. Objectivos e Critérios	26
<b>6. ÂMBITOS DE ACTUAÇÃO</b>	30
6.1. Espaço público	30
6.2. Edifícios	30
6.3. Transportes	30
<b>7. CONSENSO E APROVAÇÃO DO PLANO</b>	31
7.1. Consenso da Proposta	31
7.2. Proposta de regulamento	31
<b>8. GESTÃO DO PLANO</b>	32
<b>9. EQUIPA TÉCNICA</b>	34
9.1. Equipa técnica da ProASolutions	34
9.2. Instrumentos	34

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a população europeia sofreu um sério revés na sua evolução demográfica. As taxas de natalidade e mortalidade apresentam um comportamento generalizado de descida, resultando daí um acentuado envelhecimento da população e, por consequência, a diminuição da população em idade activa.

Desenvolver um plano destinado apenas à supressão de barreiras arquitectónicas é tentar resolver os problemas actuais e pontuais de uma sociedade, sem ter em conta realmente o que necessitarão no futuro os habitantes de um concelho.

Os Municípios, conscientes desta situação, enfrentam um desafio actual de que no futuro os concelhos têm de ser de e, fundamentalmente, para Todos.

Elaborar um **Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos (Plano SIAT)** é assumir um compromisso com Todos os cidadãos e com as gerações futuras, garantindo que:

- O uso do espaço público é um direito do cidadão; ali convivem e se expressam colectivos sociais e culturais, de idades e géneros distintos.
- Por ter uma relação directa com a qualidade de vida das populações, as características do espaço público definem a qualidade de uma cidade ou vila.
- O direito à acessibilidade no espaço público é também um direito do cidadão: acessibilidade à informação e intercâmbio, acessibilidade às oportunidades, acessibilidade à formação e ao trabalho, acessibilidades às ofertas urbanas e acessibilidade para usufruir e expressar-se no espaço público.

Um **Plano SIAT** é um plano particularizado e adequado a cada concelho, tendo em conta em detalhe o estado actual do mesmo, prevendo, da mesma forma, o desenvolvimento futuro.

É objectivo de um **Plano SIAT** dar respostas às verdadeiras necessidades dos seus habitantes, melhorando a qualidade de vida de todos, sendo os cidadãos com dificuldades de mobilidade, os mais óbvios beneficiários.

Um **Plano SIAT** requer **Formação** adequada, dirigida aos responsáveis pelo seu cumprimento, sendo eles decisores e autoridades locais e técnicos municipais, assim como outros actores da sociedade que, com a sua participação e acompanhamento, poderão contribuir para a implementação do Plano: directores de instituições públicas e privadas, agentes de educação cívica e cidadãos em geral, com especial ênfase na sensibilização das crianças e jovens.

Entendemos que um **Plano SIAT** é uma ferramenta muito importante na resolução dos problemas de Acessibilidade. Contudo, é crucial que haja um **Acompanhamento** na execução do plano e, paralelamente, seja fomentada a participação cívica no sentido de uma mudança da consciência colectiva face ao problema da Acessibilidade.

Um **Plano SIAT** implica, portanto, que exista **Participação Cívica**, sendo o objectivo que a informação chegue a todos, recorrendo a encontros de disseminação do Plano, participação pública na discussão de áreas específicas, cursos de formação para os intervenientes, para os cidadãos em geral.

Neste sentido, o **Plano SIAT** tem como objectivo propor as intervenções e definir quais os critérios necessários para a sua implementação nos âmbitos do Espaço Público, Edifícios e Transportes, estudando tanto os aspectos físicos do espaço como a comunicação para conseguir estes objectivos.

A concretização de um **Plano SIAT** é apenas o primeiro passo na resolução do problema da Acessibilidade. É indispensável a existência de um Plano de Gestão e Acompanhamento para assegurar, quer a implementação das soluções, como também os recursos humanos e financeiros do município.

## 1.1 Antecedentes

Quando se fala em acessibilidade, normalmente associa-se a cidadãos deficientes. Todavia este conceito peca por escasso, pois a acessibilidade é necessária para Todos, apesar de se sentir mais benéfico em especial para as pessoas com mobilidade condicionada, tais como idosos, pessoas com canadianas ou bagagens pesadas, mulheres grávidas, pessoas que transportem carrinhos de bebés e, obviamente, também para os cidadãos portadores de deficiência.

No entanto, levando a acessibilidade para o campo dos cidadãos portadores de deficiência, estes, ao contrário do que muita gente pensa, não são uma simples minoria, pois ocupam 9,16% da população portuguesa (fonte: Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens). À escala do distrito (Vila Real) observa-se um total de 15,92% de pessoas com alguma deficiência. No município de Mondim de Basto não foi ainda realizado um estudo neste âmbito. De qualquer das formas, de acordo com os dados dos Censos de 2001, a região do Tâmega tem um total de 25467 pessoas com deficiência, das quais 498 habitam em Mondim de Basto, ou seja, 5,81% da população residente total, apesar destes dados não serem totalmente fidedignos, uma vez que resultam sobretudo da autoavaliação de cada respondente em relação aos tipos de deficiência inscritos nos respectivos questionários. De qualquer das formas, uma minoria, por pouco que seja, é sempre muita gente.

Nas tabelas seguintes apresentamos a distribuição da população portadora de deficiência do concelho de Mondim de Basto segundo o tipo de deficiência e grupo etário, e segundo o tipo de deficiência e grau de deficiência:

Distribuição da População portadora de deficiência do concelho de Mondim de Basto, segundo o tipo de deficiência e grupo etário

Grupo Etário	Tipo de Deficiência						Total	
	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outras Deficiências	Absoluto	%
0 – 9	1	3	1	5	2	4	16	3,2
10 – 19	11	5	6	9	4	7	42	8,4
20 – 29	10	6	3	9	1	10	39	7,8
30 – 39	5	7	10	24	2	10	58	11,6
40 – 49	5	8	27	15	2	12	69	13,9
50 – 59	7	9	10	13	2	17	58	11,7
60 – 69	7	17	18	10	3	20	75	15,1
70 – 79	13	19	28	6	4	16	86	17,3
80 – 89	8	3	24	4	2	8	49	9,8
90 ou +	1	2	2	--	--	1	6	1,2
Total	68	79	129	95	22	105	498	100

Fonte: Censos 2001

Distribuição da População portadora de deficiência do concelho de Mondim de Basto, segundo o tipo e grau de deficiência

Grau de Deficiência	Tipo de Deficiência						Total
	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outras Deficiências	
Sem grau atribuído	41	44	40	24	9	44	202
Inferior a 30%	5	8	14	9	1	10	47
De 30% a 59%	5	6	20	16	1	15	63
De 60% a 80%	7	11	23	21	3	11	76
Superior a 80%	10	10	32	25	8	25	110
Total	68	79	129	95	22	105	498

Fonte: Censos 2001

A acessibilidade tem como base inserir todas as pessoas na sociedade, independentemente da sua classe social, económica e cultural.

No município de Mondim de Basto pouco se tem feito no âmbito da melhoria da acessibilidade, mas um longo caminho há ainda a percorrer de forma a tornar este território acessível a todos.

Sendo a Escola o espaço privilegiado para fomentar a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, é aqui que devem também ser sensibilizados os jovens do Ensino Básico e do Ensino Secundário para as questões da deficiência, mobilizando-os para o combate à discriminação de que são alvo as pessoas com deficiência.

O Concelho Municipal de Educação do município tem a competência de criar medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania.

No concelho de Mondim de Basto não existem escolas especiais para alunos com necessidades especiais, pelo que a Câmara Municipal de Mondim de Basto transporta em veículo da câmara 6 pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) residentes no concelho para a Instituição CERCIFAF – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, em



Fafe. As crianças com NEE's frequentam, desta forma, os estabelecimentos públicos do município, que funcionam como escolas inclusivas, ainda que, não estejam adaptadas para elas. Existem 13 alunos com NEE's inseridos em 8 escolas do 1º ciclo do Ensino Básico e 31 alunos inseridos em 17 turmas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário.

Sendo este um concelho rico em termos ambientais, paisagísticos e usufruindo de variados e qualificados recursos naturais, patrimoniais e culturais, Mondim de Basto tem todas as condições para se tornar num destino de turismo para todos. Durante todo o ano, nas festividades e aos fins-de-semana, muitas são as pessoas que escolhem Mondim de Basto como destino, nomeadamente o Monte Farinha, onde muitos acorrem para visitar o santuário da Sr.ª da Graça e às Fisgas do Ermelo, um conjunto de quedas de água naturais.

Reflectindo sobre esta realidade, de que este concelho é considerado um destino turístico, transformar este município num destino turístico acessível deve passar a ser um grande objectivo da Câmara Municipal.

O cruzamento do turismo de natureza com o turismo acessível é outra das vertentes a considerar, partindo da criação, nos espaços naturais, de condições de fácil acesso para todos, independentemente da idade ou das condições físicas.

A promoção de acções de formação para técnicos responsáveis pelo desenho, construção e pelo planeamento urbano e, por conseguinte, a sensibilização da comunidade para a importância da eliminação das barreiras físicas e no acesso à informação, são meios para contribuir para a promoção de uma melhoria da qualidade de vida da população em geral, e em particular, das pessoas com mobilidade condicionada.

## **2. ACESSIBILIDADE**

### **2.1. Acessibilidade e Mobilidade**

O Conceito de Acessibilidade surge para, de uma forma positiva, eliminar os termos de Adaptação, Praticabilidade ou Supressão de Barreiras Arquitectónicas.

O conceito de Acessibilidade aparece aliado ao termo Mobilidade: poder mover-se, poder circular com facilidade e comodidade, ser autónomos. Andar pela Cidade implica circular a pé ou em meios de transporte.

No espaço urbano convivem peões e veículos. Ao longo dos anos foi-se dando prioridade ao veículo, resultando daí um avanço das ruas sobre os passeios, tornando-se estes cada vez menos agradáveis, acolhedores e, acima de tudo, acessíveis. Este fenómeno massificou-se devido ao aumento da intensidade de trânsito nos grandes núcleos urbanos. Esta dinâmica contribui também para o aumento da poluição nas cidades, degradando a qualidade do ar.

Deste modo, encontrar o equilíbrio entre o veículo e o peão é o objectivo, sendo a Acessibilidade uma ferramenta, e o Plano o motor para levar a cabo esta transformação, esta mudança da consciência colectiva, pensando nos problemas de hoje e do futuro.

Também nos edifícios se enfrentam dificuldades. Edifícios antigos em que não foram previstas as necessidades de pessoas com mobilidade condicionada, mas também edifícios actuais em que na maioria dos casos a componente estética se sobrepõe à funcionalidade e acessibilidade. As necessidades actuais são diferentes, e teremos de projectar os edifícios com o objectivo de serem acessíveis a Todos; acessíveis, ecológicos, de fácil manutenção e sustentáveis.

Os transportes públicos são um instrumento essencial que tem que contribuir para esta transformação. O transporte público cómodo e acessível pode ajudar a eliminar parte do transporte privado que tanto contribui para o congestionamento urbano e para a degradação do ambiente natural.

Como conclusão, o objectivo é permitir que no futuro a cidade de todos seja acessível para todos.

## **2.2. Utilizadores e Beneficiários**

É evidente que os utilizadores da via pública são todos os cidadãos: crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com todo o tipo de capacidades e condicionantes.

Assim, quando analisamos o espaço urbano e estabelecemos critérios para as transformações necessárias, temos que pensar nas crianças, jovens, adultos, idosos, e, obviamente, nas pessoas que têm problemas de mobilidade, bem como as pessoas que têm insuficiências visuais e auditivas.

Todos os cidadãos são verdadeiros beneficiários, advindo daí a responsabilidade de participarem na melhoria da Acessibilidade da cidade e no processo de transformação da cidade segundo os critérios da “Design for All”.

## **2.3. Acessibilidade: uma melhoria da qualidade de vida**

Em todo o processo de transformação, qualquer melhoria que beneficie qualquer cidadão é, por si só, louvável e positiva. Se esta beneficia, não apenas um cidadão, mas sim todos, então é indispensável.

Se se seguirem todos os argumentos que têm sido descritos, o cidadão acolherá estas transformações com agrado. Encontrando uma forma de viver mais cómoda, mais simples, mais acessível, estas modificações no espaço público traduzirão uma melhor qualidade de vida, o que define de uma forma geral o objectivo prioritário das Autarquias face aos seus munícipes: desenvolver um município acessível, acolhedor e confortável para todos.

### 3. LEGISLAÇÃO

#### 3.1. Leis

Na elaboração do Plano SIAT, foram tidos como critérios aqueles que estão presentes na legislação actualmente em vigor:

Nome	Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de Agosto de 2006
Tipo	Legislativo
Entidade Redactora	Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Ano da Publicação	2006
Objecto do Documento	Definição das condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais.
Aplicação	As normas técnicas sobre acessibilidades aplicam-se às instalações e respectivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos de serviços personalizados ou de fundos públicos. São considerados ainda os estabelecimentos e equipamentos de utilização pública e via pública e edifícios habitacionais.

<b>Nome</b>	Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade -PNPA
<b>Tipo</b>	Legislativo – Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2007
<b>Entidade Redactora</b>	Ministério do Trabalho e da Segurança Social
<b>Ano da Publicação</b>	2006
<b>Objecto do Documento</b>	Definição das condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais.
<b>Aplicação</b>	As normas técnicas sobre acessibilidades aplicam-se às instalações e respectivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos. São considerados ainda os estabelecimentos e equipamentos de utilização pública e via pública e edifícios habitacionais.

### 3.2. Recomendações de âmbito europeu

A nível europeu existem diferentes grupos de trabalho que estudam o tema da Acessibilidade em diversos aspectos da nossa sociedade. Assim, para a elaboração deste Plano de Acessibilidade, foram tidas em conta algumas recomendações desta iniciativa:

<b>Nome</b>	CEA – Conceito Europeu de Acessibilidade <i>“ECA – European Concept for Accessibility”</i>
<b>Tipo</b>	Recomendações

<b>Entidade Redactora</b>	Grupo de Especialistas do CEA
<b>Ano de Publicação</b>	<p>O CEA é o resultado de uma solicitação da Comissão Europeia de 1987, que desde então tem vindo a produzir informação sobre o tema.</p> <p>Consulte a página <a href="http://www.eca.lu">www.eca.lu</a></p>
<b>Objecto do documento</b>	<p>O CEA conjuga-se com os princípios do “<i>Design for All</i>”. Estes princípios aplicam-se ao desenho dos edifícios e infra-estruturas. O objectivo é a provisão de ambientes que sejam cómodos, seguros para todos, inclusive para as pessoas com alguma carência física e/ou psíquica. A visão do CEA parte do princípio de que o espaço público deve ser desenhado para que todos possam desenvolver-se da forma mais independente e igualitária possível. Isto significa que os equipamentos devem ser concebidos tendo em conta a diversidade dos seus utilizadores. As soluções não poderão partir da criação de equipamentos específicos para cada indivíduo ou grupo de indivíduos, mas sim pela implementação das diferentes necessidades das pessoas nesses mesmos edifícios, que deverão ser utilizados por todos.</p>
<b>Aplicação</b>	<p>Os documentos produzidos pelo CEA não têm carácter vinculativo, dado que são apenas recomendações realizadas por especialistas no âmbito dos conceitos de Acessibilidade e “<i>Design for All</i>”</p>

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

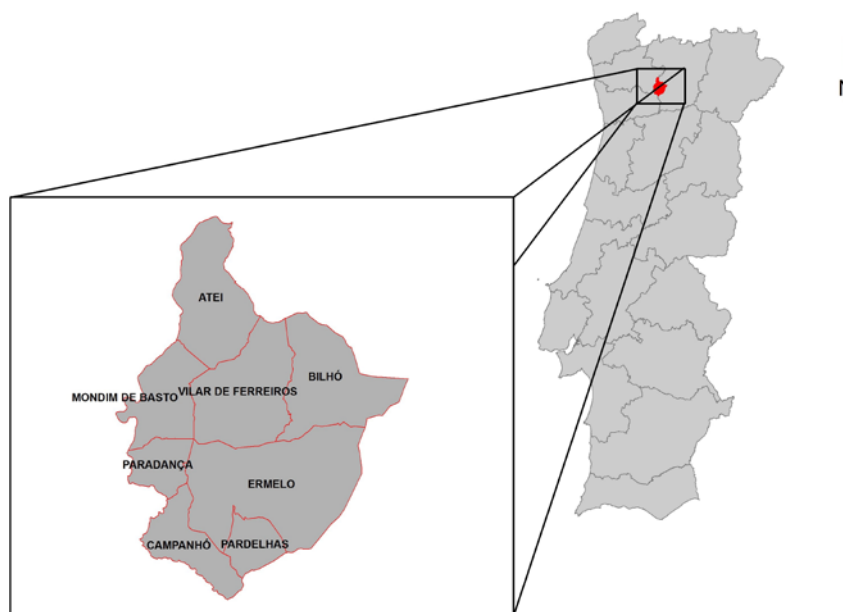
### 4.1. Enquadramento Geográfico

O Município de Mondim de Basto localiza-se na região Norte e sub-região do Tâmega e pertence ao distrito de Vila Real. O concelho tem por limites, a Nordeste o município de Ribeira de Pena, a Sueste Vila Real, a Sudoeste Amarante, a Oeste Celorico de Basto e a Noroeste Cabeceiras de Basto.

Situa-se na margem esquerda do rio Tâmega e no sopé do Monte Farinha ou Monte da Nossa Senhora da Graça (941 metros), onde se localiza o Santuário da Sr.<sup>a</sup> da Graça.

O concelho de Mondim de Basto é uma fronteira natural entre Trás-os-Montes e o Minho, estende-se por uma área de 172,07 km<sup>2</sup> de área, apresentando características predominantemente minhotas, que advém do facto de apenas o rio Tâmega a separar do Minho. O concelho estende-se entre os maciços montanhosos do Alvão, Velão e Marão, e as bacias do rio Tâmega, com destaque para os rios Ôlo e Cabril, seus principais afluentes.

#### Enquadramento do concelho de Mondim de Basto



Fonte: Baseado na CAOP, 2010

Subdivide-se em 8 freguesias – Atei, Bilhó, Campanhó, Ermelo, Mondim de Basto, Paradaça, Pardelhas e Vilar de Ferreiros – e acolhe uma população de 7493 habitantes (Recenseamento Geral da População, Resultados Provisórios, 2011).

A montanha é a marca dominante das paisagens das regiões de Basto, onde o concelho de Mondim de Basto está inserido, predominando os terrenos encosta, sendo os declives naturais frequentemente acentuados. O concelho apresenta lugares de povoamento concentrado, inseridos em áreas de relevo mais ou menos acidentado (montanhoso), que se conjugam com áreas de povoamento disperso mais ou menos idênticas em termos de morfologia de relevo.

O concelho de Mondim de Basto é caracterizado por uma paisagem de elevado valor, devido ao seu enquadramento geomorfológico e de ambientes geodinâmicos. Encontra-se rodeado por sistemas montanhosos, nomeadamente pelas serras do Alvão, da Cabreira e do Marão, e por áreas planálticas, cortadas por vales de afluentes do rio Tâmega.

Situado no Norte de Portugal continental, o concelho de Mondim de Basto, encontra-se inserido na região de Basto. Esta região possui uma densa rede de cursos de água superficiais que cobre totalmente toda a área. O rio Tâmega, principal curso de água desta região, que atravessa de Norte a Sul as Terras de Basto, é um elemento aglutinador para o qual drenam os cursos de água que tem origem nos concelhos de Basto. O rio Cabril, afluente da margem esquerda do rio Tâmega, desagua no rio Tâmega junto ao município de Mondim de Basto, sendo também neste concelho que se situa a maior parte da sua bacia hidrográfica. Os recursos hídricos subterrâneos são reduzidos, face às características hidrogeológicas da região.

O turismo é uma das actividades económicas mais importantes no concelho de Mondim de Basto, devido aos recursos naturais existentes e ao seu património cultural. O turismo aparece muito ligado à pesca desportiva e à caça, muito praticada nesta região. O Parque Natural de Alvão, principalmente a zona de Ermelo, com as suas quedas de água e as suas aldeias, é outra atracção turística.

A nível sócio-económico, no concelho, a agricultura ainda é uma actividade económica importante nesta região, salientando-se a produção de batata, centeio, trigo e vinha. Na pecuária, destaca-se a criação de porcos e bois. As indústrias de transformação de madeira, de serralharia civil, de calçado e têxtil, pedreiras, comércio e serviços desempenham também um papel importante neste concelho.



#### **4.1.1. Caracterização Geológica**

A paisagem de Mondim de Basto é reflexo da tectónica e da erosão que actuaram nos diferentes tipos de rochas. A geologia e a geomorfologia condicionam as vias de comunicação e desempenham um papel importante na fixação humana e no aparecimento de núcleos populacionais.

A região de Mondim de Basto apresenta-se como uma área muito complexa do ponto de vista litológico. As formações litológicas que constituem esta área estão agrupadas em várias unidades cuja sequência litológica é muito variada.

Sob o ponto de vista geológico, de uma forma geral, predominam as rochas graníticas, sendo visíveis por toda a região afloramentos rochosos. Esta unidade é constituída também por xistos carbonosos, xistos pelíticos, pelitos e siltitos, e, ainda, metagrés e metagrauvaques.

No concelho de Mondim de Basto, localiza-se uma das maiores quedas de água de Portugal e uma das maiores da Europa, a Cascata de Fisgas do Ermelo. Precipita-se quase numa vertical absoluta, através de uma grande barreira de quartzitos formando um enorme e profundo socalco, separando as zonas graníticas das zonas xistosas, mais vulneráveis à erosão. O trabalho milenar da água cavou um desnível de quase 200 metros de extensão, através do qual o rio Olo se despenha numa cascata deslumbrante. No topo das quedas de água, a montante, situam-se várias lagoas.

O Monte Farinha ou Monte de Nossa Senhora da Graça distingue-se das demais elevações do complexo montanhoso Alvão/Marão pela sua inclinação (conhecida pelas famosas chegadas da Volta a Portugal) e por se tratar de uma elevação isolada das demais (940 metros de altitude), bem visível do centro de Mondim de Basto. No topo desta elevação localiza-se a Ermida de Nossa Senhora da Graça.

#### **4.1.2. Caracterização Climática**

Portugal Continental pertence à fachada ocidental da Península Ibérica, projectada no Oceano Atlântico, o que faz com que a influência térmica directa da massa oceânica e o ar marítimo

proveniente do Atlântico, de todos os quadrantes, entre o NW e o S, afectem largamente o território continental.

Tendo em conta que o movimento geral do ar oceânico é de sector oeste na latitude da Península Ibérica, podemos dizer que Portugal Continental recebe directamente a influência do ar que atravessou o oceano, carregando-se de vapor de água.

No Norte de Portugal, as serras estão dispostas em função de orientações tectónicas principais, ENE-WSW, NW-SE e N-S. As montanhas do Minho, escalonadas e muito recortadas por depressões e vales profundos, encontram-se expostas aos ventos húmidos do Atlântico, e constituem, em relação às terras orientais de Trás-os-Montes, uma espécie de barreira às influências oceânicas. O ar, ao encontrar uma barreira é obrigado a subir, arrefecendo e, quando suficientemente húmido, atinge a saturação e geram-se nuvens. As encostas a barlavento, são, assim, mais frias, húmidas, nebulosas e chuvosas.

O concelho de Mondim de Basto, do ponto de vista climático, caracteriza-se por um clima marítimo, húmido a super húmido, com deficiência moderada de água no Verão. Sob o ponto de vista macroclimático é importante referir, como eventual factor de diferenciação, o facto do vale do rio Tâmega se abrir para Sul, escapando um pouco à influência Atlântica. Tal factor poderá traduzir-se na acentuação das características climáticas mediterrânicas, sem que as cumeadas envolventes deixem de receber a humidade oceânica, atingindo aí níveis de precipitação elevados.

A montanha é também um elemento diferenciador, uma vez que, a altitude torna as estações mais frias mais longas e de temperaturas mais baixas e os períodos quentes menos longos e de temperaturas mais frescas.

Os níveis de precipitação médios aproximam-se dos 2000 mm nas zonas altas e oscilam entre os 1350 mm e 1550 mm nas zonas mais baixas. Protegida por terras altas, com cotas que vão dos 900 m aos 1300 m, esta região apresenta um período de insolação média diária com cerca de 6h30m de duração, e uma radiação solar fraca resultante da frequência com que ocorrem nevoeiros e neblinas. A coexistência destes factores vai influenciar o registo de temperaturas médias anuais que atingem valores da ordem dos 10°C a 12,5°C ao longo da depressão do vale do Tâmega.

O clima de Mondim de Basto, apresenta uma diversidade de elementos climáticos que não permite uma identificação precisa do clima. Insere-se numa área de transição climática, limítrofe do litoral (onde domina a influência Atlântica) revelando-se como principais determinantes físicas as montanhas e os vales abrigados, grandes responsáveis pela diversidade das condições registadas.

#### **4.1.3. Caracterização da Ocupação do Solo**

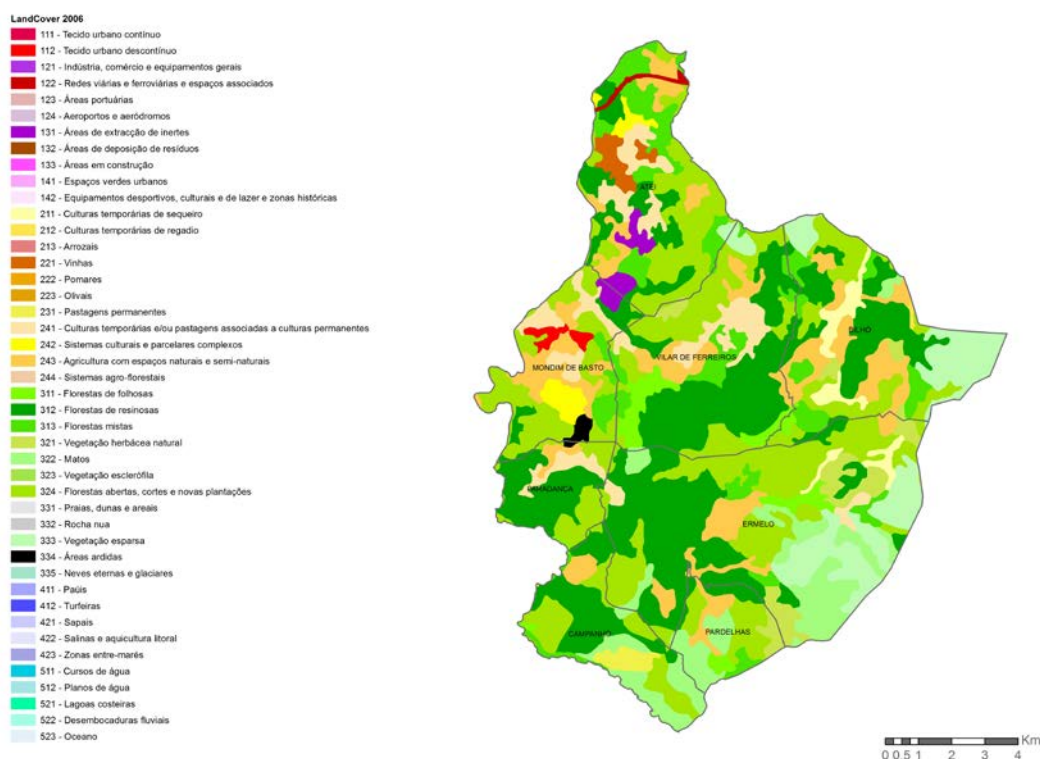
A sub-região do Tâmega, onde se insere o Município de Mondim de Basto apresenta sistemas paisagísticos muito contrastados, resultado de uma longa e intensa ocupação humana, condicionada por condições físicas particulares, quer em termos de relevo, quer especialmente em termos de clima.

De um modo geral, o município é caracterizado pela presença de solos com pouco potencial agrícola. O tipo de solos existente no concelho de Mondim de Basto apresenta algumas limitações no que respeita ao seu uso para a agricultura ou para outro tipo de aproveitamento.

A maioria dos solos do concelho possui classe F, ou seja, sem aptidão para a agricultura. É ainda visível a existência de algumas pequenas manchas de solos cujas classes são A e C (solos estes condicionados por limitações acentuadas), o que vem a confirmar que os solos de Mondim de Basto apresentam algumas restrições no que respeita à agricultura.

Deste modo, a maioria dos solos existentes no concelho são ocupados com a floresta e a pastorícia. A floresta ocupa solos de fraca qualidade, muitos deles esqueléticos, com uma abundância elevada de afloramentos rochosos e declives acentuados. Existe uma pedreira no concelho onde, na sua envolvente, encontramos uma zona de floresta e matos, com vários eucaliptais. Todavia, já é visível, mesmo a baixas altitudes, várias indústrias extractivas a exercerem actividade nestas áreas, algumas delas localizadas como REN.

## Uso do solo do concelho de Mondim de Basto



Fonte: Baseado na Corine landcover, 2006

Nas zonas de relevo mais acidentado (zonas de meia encosta e de cumeada) os riscos de erosão são maiores, e os solos apresentam fraca aptidão agrícola. Os solos de maior aptidão agrícola estão associados às margens das principais linhas de água existentes e às zonas de declive baixo, próximas da costa.

O solo é o principal suporte físico das actividades humanas, seja nas instalações de actividades dirigidas ao aproveitamento do seu potencial produtivo, de actividades construtivas, industriais e técnicas. Também as características topográficas das diferentes áreas do concelho, sobretudo as áreas de maior declive, podem propiciar a existência de fenómenos erosivos que, por sua vez, originam o aparecimento de solos pouco evoluídos e delgados; as áreas mais planas, onde ocorre deposição de sedimentos, propiciam o aparecimento de solos mais espessos.

#### 4.1.4. Caracterização Demográfica

O município de Mondim de Basto conta com uma população de 7493 habitantes e uma densidade populacional de 43,5 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo os resultados provisórios do Recenseamento Geral da População, 2011.

O município de Mondim de Basto tem 2592 famílias e 4511 alojamentos.

Segue-se um quadro representativo da evolução da população desde 1960 até 2011 no concelho de Mondim de Basto.

Tabela da evolução histórica da população de Mondim de Basto desde 1960 até 2011

Ano	1960	1981	1991	2001	2004	2006	2007	2008	2009	2011
População Residente	10328	9904	9518	8573	8470	8393	8322	8229	8171	7493

*Fonte: Baseado nos Censos e em Anuários Regionais da População*

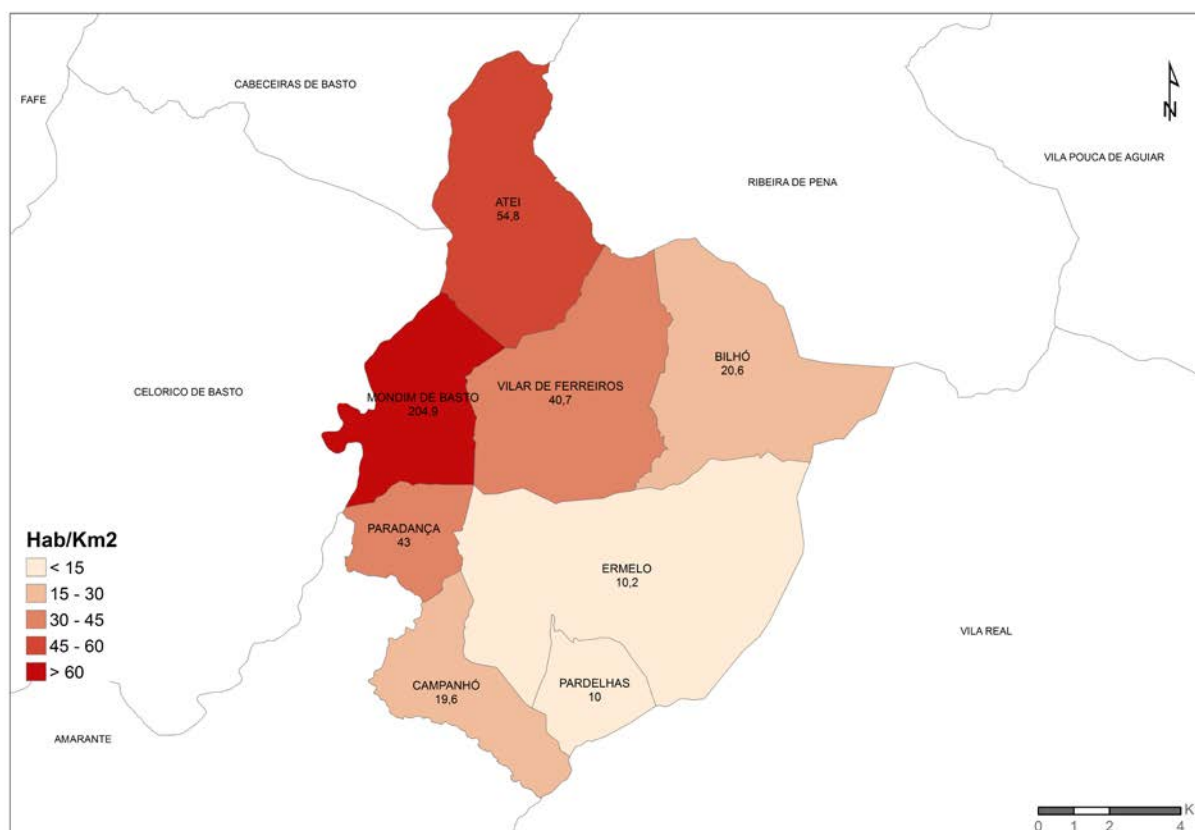
Analisando o concelho de Mondim de Basto a nível demográfico, e como pode ser conferido na tabela acima apresentada, pode concluir-se que Mondim de Basto apresenta uma tendência comum à maior parte do território nacional. Verifica-se, em geral, um decréscimo no número de efectivos. Esta tendência de decréscimo populacional encontra-se marcada na maioria das freguesias do concelho, excepto as que apresentam alguma atractividade por serem zonas com actividade industrial.

Tal como acontece um pouco por todo o país a estrutura etária no concelho de Mondim de Basto sofreu fortes alterações ao longo das últimas três décadas, traduzidas na diminuição da população jovem e consequentemente no envelhecimento da população. Esta situação deve-se sobretudo à transformação do tecido social, que se fez traduzir na redução do número de filhos por casal, paralelamente a uma melhoria da qualidade de vida e assistência médica que se repercutiu no aumento da população com mais de 65 anos.

Segundo os dados provisórios dos Censos de 2011, dos 7493 indivíduos que residiam em Mondim de Basto no momento censitário, 3891 pertenciam ao sexo feminino (51,93% da população total) e 3602 ao sexo masculino (48,07% do total populacional).

Segundo os dados censitários de 2001 e segundo os dados provisórios dos Censos de 2011, entre 2001 e 2011, a população residente em Mondim de Basto diminuiu cerca de -8,3%. No entanto, este decréscimo populacional foi descontínuo do ponto de vista espacial (entre as freguesias que compõem o concelho).

### Densidade Populacional do concelho de Mondim de Basto



Fonte: Recenseamento Geral da População, 2011

Em 2001, o valor em termos de Densidade Populacional no município era de 47,5 hab/km<sup>2</sup> e nos dados provisórios dos censos de 2011 esse valor passou a ser de 43,5 hab/km<sup>2</sup>. Apesar do despovoamento de algumas aldeias, os principais núcleos urbanos do concelho apresentam uma

forte concentração de população. De acordo com os dados dos Censos 2001, e tal como se pode verificar na imagem acima apresentada, em termos genéricos, as freguesias com maior densidade populacional coincidem com os principais centros urbanos do concelho (Atei, Mondim de Basto e Vilar de Ferreiros). Pelo contrário, regista-se baixos valores e, em alguns casos, a perda acentuada de efectivos populacionais nas freguesias mais isoladas e menos desenvolvidas.

Não alterando o que vinha a acontecer até aqui, segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2009 do INE, a população, veio a diminuir (8171 habitantes), apresentando, inclusive um índice de envelhecimento de 112,1%.

Tal como acontece um pouco por todo o país, a estrutura etária no concelho de Mondim de Basto sofreu fortes alterações ao longo das últimas duas décadas, traduzidas na diminuição da população jovem (uma variação considerável na ordem dos -35,16% no caso da população inserida na faixa etária dos 0-14 anos, e uma variação de -25,73% no caso da população inserida na faixa etária dos 15-24 anos) e, conseqüentemente, no envelhecimento da população (uma variação na ordem dos 4,20% no caso da população inserida na faixa etária dos 25-64 anos, e uma variação de 21,28% no caso da população inserida na faixa etária dos 65 ou mais anos). Esta situação deve-se sobretudo à transformação do tecido social que se fez traduzir na redução do número de filhos por casal, paralelamente a uma melhoria da qualidade de vida e assistência médica que se repercutiu no aumento da população com mais de 65 anos. O índice de envelhecimento em 2001 era de 93,56%. Em 2009 passou a ser de 112,1%, o que comprova o progressivo envelhecimento da população do concelho.

#### **4.1.5. Caracterização Económica e Social**

Os principais núcleos populacionais de Mondim de Basto são coincidentes com as sedes de freguesia, atraindo mais população uma vez que apresentam melhores infra-estruturas e serviços: Mondim de Basto (204,9 hab/km<sup>2</sup>), Atei (54,8 hab/km<sup>2</sup>), Paradaça (43 hab/km<sup>2</sup>) e Vilar de Ferreiros (40,7 hab/km<sup>2</sup>).

As restantes freguesias estão desfavorecidas de um ponto de vista físico/geográfico, que condiciona o desenvolvimento social e económico do mesmo, na sua globalidade. De salientar a freguesia de Pardelhas com apenas 10 hab/km<sup>2</sup>).

Segundo os dados dos Censos de 2001 da região Norte, Mondim de Basto apresentava uma taxa de emprego em 2001 de 52,18%.

De acordo com os dados estatísticos recolhidos, em 2001, Mondim de Basto tem uma população activa de 5389 habitantes e uma taxa de desemprego de 8,5%. Em 1991 a taxa de desemprego rondava os 6,0%.

Os sectores de actividade predominantes são o terciário e o secundário em detrimento do sector primário. No concelho de Mondim de Basto, entre 1991 e 2001 o sector primário perdeu importância, pelo contrário o sector secundário e terciário assistiram a um acréscimo. No ano censitário de 2001, 44,5% da população empregada trabalhava no sector terciário, 34,5% trabalhava no sector secundário e 21,1% no sector primário. Entre 1991 e 2001, a percentagem de população activa no sector primário sofreu uma diminuição de 37% para 21,1%, enquanto que a percentagem de população activa empregue no sector secundário e terciário aumentou. No sector secundário aumento de 29,0% em 1991 para 34,5% em 2001, e no sector terciário aumentou de 34,0% em 1991 para 44,3% em 2001.

A menor importância do sector primário está relacionada com o envelhecimento da população e com a redução da população nos meios rurais. Como resultado, assistiu-se a um aumento da população activa empregue no sector secundário e terciário. A população empregue no sector terciário no concelho de Mondim de Basto trabalha maioritariamente na freguesia sede de concelho, onde se concentram os serviços e o comércio.

O aumento da importância do sector secundário deve-se sobretudo ao desenvolvimento crescente da construção e obras públicas e às pequenas indústrias complementares.

Segundo as estatísticas de 2008 (Anuário Estatístico da Região Norte de 2009), e apesar de nos serem fornecidos apenas os valores referentes aos trabalhadores por conta de outrem, o cenário mantém-se. O sector terciário absorve 66,4% da população activa, seguindo-se o sector secundário, com 29,9% e apenas 3,7% da população se dedica ao sector primário.



O sector do Turismo, nas suas várias vertentes e enquanto, sobretudo, objectivo estratégico a prosseguir para o modelo de desenvolvimento económico local, é sistematicamente apontado como uma mais-valia que o concelho deve potenciar, nomeadamente associado à qualidade natural e paisagística da região e no que se refere ao Turismo de Natureza, Cultural e Religioso (Monte da Nossa Senhora da Graça).

Importa também referir alguns indicadores de desenvolvimento social referidos no Anuário Estatístico da Região Norte do ano 2007 (publicação do INE), como é o caso do abastecimento de água da rede pública, que abrange 83% da população (dados de 2006) e do serviço municipal de tratamento de águas residuais, do qual 47% da população usufrui.

No ramo da saúde, no ano de 2007, no município de Mondim de Basto existiam, para cada 1000 habitantes, 2,8 enfermeiros e 0,6 médico. Existem, no total do município, 2 farmácias, 2 farmacêuticos de oficina, 3 profissionais de farmácia, 1 centro de saúde e não existe nenhum hospital no concelho.

#### **4.1.6. Caracterização Histórica**

A história de Mondim de Basto remonta à antiguidade, apesar de não ser possível comprovar, crê-se que os gregos, os assírios e os celtas estiveram nesta região. Nos tempos castrejos, os montes de Mondim eram bastante povoados. O Monte Farinha ou de Nossa Senhora da Graça, como também é conhecido, teve, outrora, três castros, dos quais ainda existem vestígios. O castro Castroeiro, perto do cruzeiro de Campos, terá servido de atalaia no sistema defensivo do castro dos Palhaços, tendo sido este o centro político e militar de toda a região.

No século II a.C., estas terras foram invadidas pelas legiões romanas, sob o comando do cônsul Décio Júnio Bruto. As tribos montanhesas ainda resistiram, mas a região acabou por ser conquistada.

Os romanos conquistaram esta região e impuseram os seus costumes e técnicas, tendo este período de romanização durado cerca de 4 séculos. Este povo conseguiu, com as suas técnicas avançadas mostrar a produtividade dos terrenos e começaram então a ter início as primeiras formas de organização civil e administrativa. Foram construídas estradas e pontes, explorados

minérios e ensinadas técnicas de trabalhar a telha e o tijolo, nascendo assim a indústria tijoleira de Carrazedo. Os romanos foram expulsos destas terras pelos germânicos, embora estes não tenham deixado vestígios evidentes da sua ocupação.

Os mouros também por aqui passaram, deixando o seu testemunho nas variadas lendas de tesouros e mouras encantadas. Uma das histórias que se conta a este respeito diz que, numa manhã de S. João, um pastor que guardava o seu rebanho viu uma estranha e forte luz. Apesar de assustado, resolveu aproximar-se e viu então uma linda moura, rodeada de tesouros que o chamava. A moura ofereceu-lhe todo o seu tesouro, sob a condição do pastor não contar a ninguém, nem olhar para trás. E assim foi, o pastor aceitou o imposto e recolheu todo o ouro que conseguiu e partiu pelo monte em direcção a casa. No entanto, a meio da descida, decidiu olhar para trás para ver mais uma vez a luz que o atraía. Ao chegar a casa e depois de contar o que lhe tinha acontecido, foi buscar o ouro que tinha recolhido, no entanto, o encanto tinha desaparecido e o ouro transformou-se em escória.

No início da Nacionalidade, os habitantes do local ocupavam-se da pastorícia e da agricultura. A pedido da população, D. Sancho I deu foral a Mondim. Durante a crise dinástica subsequente à morte de D. Fernando, Nuno Álvares Pereira esteve nesta terra a recrutar homens para a Batalha de Aljubarrota, voltando ao mesmo aquando da Tomada de Ceuta. A 3 de Junho de 1514, D. Manuel I concedeu novo foral à vila, que veio substituir o anterior, assinado por D. Sancho I. Nos inícios do século XVIII, os lugares de Mondim, Atei, Cerva e Ermelo apresentaram "uma de criação de um Juíz de Fora", sendo isto possível devido ao território rico e com população suficiente para sustentar um magistrado. A vila de Mondim foi eleita como sede, por ser a que tinha maior população e melhores edifícios e comércio. Já nesta época, Mondim era o império dos curtumes, fornecendo todo o país de couro e calçado.

No Século XIX, quando ocorreu a segunda invasão napoleónica, foi uma má época para a região. Uma coluna destacada do exército do Soult, a caminho de Amarante passou por Mondim, saqueando a vila e freguesias e provocando vários confrontos com a resistência local.

O concelho de Mondim de Basto, por Decreto de 26 de Setembro de 1895 foi suprimido e anexado ao de Celorico de Basto, tendo sido restaurado, com todas as suas freguesias (com a excepção de Lamas de Olo que ficou anexada ao concelho de Vila Real) a 26 de Janeiro de 1898.

#### **4.1.7. Gastronomia**

Uma visita a Mondim de Basto só fica completa uma vez provadas as iguarias da terra, uma cozinha tradicional bem acompanhada pelos néctares da região, o vinho verde.

Os pratos tradicionais da gastronomia de Mondim de Basto são pratos fortes. Entre as entradas podemos destacar a broa de milho com presunto ou salpicão e a salada de bacalhau cru desfiado com cebola e bem regada com azeite e as pataniscas de bacalhau. Como pratos de peixe temos o bacalhau assado na brasa com batatas a murro, o bacalhau assado forno com migas de broa e a sardinha assada. Dos pratos de carne destacam-se o cabrito e a vitela assada, com o popular arroz de forno, e o cozido à Ermelo, pratos fortes que são uma especialidades desta região.

Os doces mais típicos de Mondim de Basto são: o pão-de-ló seco ou húmido, o leite-creme queimado, as cavacas, as galhofas e os rosquilhos.

#### **4.1.8. Património Histórico e Natural**

A cidade de Mondim de Basto, está situada numa zona montanhosa, com uma grande diversidade paisagística, atravessada por diversos cursos de água, sendo o rio principal o Tâmega.

D. Sancho I concedeu o primeiro foral a Mondim de Basto, sendo depois renovado por D. Manuel I em 1514.

O Monte Farinha ou Monte de Nossa Senhora da Graça, em Mondim de Basto, é um verdadeiro santuário de vestígios arqueológicos como, por exemplo, os Castros, caminhos em calçada romana, Menir da Pedra Alta e esculturas rupestres. O Monte de Nossa Senhora da Graça é o maior e o dos mais importantes santuários da diocese de Vila Real. Aqui se realizam importantes festas religiosas como, por exemplo, a festa da Ascensão, a secular Romaria de

Santiago e a grande Peregrinação anual. Há uma devoção em todo o concelho à Senhora da Graça.

O Parque Natural do Alvão é uma área protegida de Portugal que se situa entre os concelhos de Mondim de Basto e Vila Real. O parque distribui-se por dez aldeias, umas pertencem ao concelho de Mondim de Basto e outras ao de Vila Real. Na zona de Ermelo encontramos as Fisgas do Ermelo, onde se localiza a Cascata de Fisgas do Ermelo, onde a água se precipita numa vertical quase absoluta de uma altura de 200 metros.

Em Mondim de Basto existe ainda um vasto património que compõe parte da riqueza deste concelho. Do seu património edificado destacam-se a Igreja Matriz (século XVIII) e a Capela do Senhor, de estrutura românica. Das casas brasonadas destacamos a Casa da Igreja (século XVIII), a Casa do Eiró, o Solar dos Machados em Atei, e a antiga Casa da Câmara e o Pelourinho em Ermelo.

Existem ainda várias actividades para realizar ao ar livre, em Mondim de Basto, como percursos pedestres, desportos radicais, caminhadas e caça.

## **5. NECESSIDADES E OBJECTIVOS DO PLANO**

### **5.1. Necessidade de elaborar um Plano SIAT**

Iniciar um processo de transformação do espaço público depreende a necessidade de um diagnóstico global e preciso da situação actual da área de intervenção.

Desta forma, é necessário programar as intervenções. Saber exactamente os locais onde é necessário actuar, qual o custo associado e sobretudo qual a gestão adequada dos procedimentos, de forma a otimizar custos e agilizar serviços e recursos municipais.

Por conseguinte o plano tem que determinar:

- O diagnóstico que descreva a situação actual.
- As medidas que o Município tem previsto realizar nos próximos anos.
- Os critérios de actuação nas intervenções.
- Os sistemas de gestão.
- As acções de realização imediata.

### **5.2. Objectivos e Critérios**

#### **5.2.1. Objectivos**

- Dispor de um instrumento que possibilite a transformação e adequação da cidade com vista no futuro.
- Dispor, a Autarquia, de um programa de intervenções, em que seja possível consultar o agendamento das diversas acções programadas.

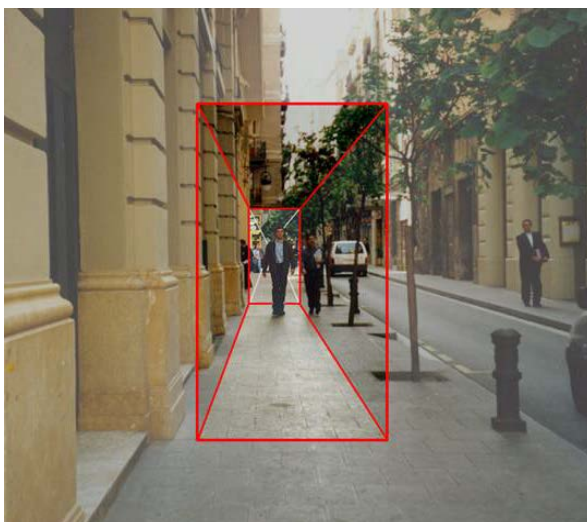
- Conhecer o sistema de gestão adequado a cada intervenção, de forma a otimizar o investimento municipal.
- Avaliar as necessidades de intervenção e a disponibilidade orçamental contando que possa ser assumidas pelo Município.
- Executar o Plano.

### 5.2.2. Critérios

#### Espaço Público

No que se refere às intervenções:

- Tornar o Município Acessível, propondo: o alargamento dos passeios de forma a permitir o cruzamento entre uma pessoa e outra que circule em cadeira de rodas; definição como plataforma única das ruas estreitas onde a segurança da circulação dos peões não está assegurada; construção de passagens de peões sobreelevadas; reordenação dos elementos de mobiliário urbano, sinalização e outros obstáculos, para que fiquem sempre do lado exterior do passeio, deixando um espaço canal junto às fachadas ou muros (1,50m de largura x 2,40m de altura).



- Eliminar os elementos urbanos que, por estarem mal desenhados, são inacessíveis, substituindo-os por outros bem desenhados e por isso mesmo, acessíveis.

No que se refere à gestão:

- Tornar acessíveis, de acordo com os critérios determinados no Plano, todas as obras do Programa de Actuação Municipal.
- Propor acções de manutenção em todas as intervenções onde seja apenas necessário a realocação dos elementos urbanos.
- Estabelecer acordos/parcerias com empresas de serviços (Electricidade, Telefone, Gás, etc.) para que sempre que seja necessário realizar intervenções na via pública sejam adoptados os critérios de acessibilidade expostos.
- Propor a aplicação dos critérios de acessibilidade expostos neste plano em todos os casos anteriores não compreendidos.

## Edifícios

No que se refere às intervenções:

- Tornar acessível o acesso ao edifício, procurando não criar acessos alternativos.
- Resolver todos os desníveis existentes nos percursos.
- Localizar elevadores para permitir o acesso a pisos superiores ou inferiores.
- Estabelecer como mínimo, a existência de um WC acessível em cada piso.
- Ambos sexos devem estar servidos por WC acessíveis.
- Tornar acessível a informação e os meios de comunicação.

No que se refere à gestão:

- Propor a aplicação das directrizes e critérios de acessibilidade estabelecidos no Plano, em todas as obras a serem executadas.

- Estabelecer parcerias/acordos com outras instituições ou entidades, para que estas adoptem medidas de forma a tornar os seus edifícios acessíveis.
- Propor a realização de campanhas de sensibilização, difusão e incentivos aos comerciantes para que tornem os seus estabelecimentos acessíveis.
- Propor um conjunto de medidas específicas e imediatas de acordo com as necessidades do Município e dos cidadãos.

### Transportes

No que se refere a intervenções:

- Dispor de táxis adaptados.
- Dispor de abrigos de passageiros acessíveis e confortáveis.
- Dispor de estacionamento reservado a deficientes junto de todos os centros de interesse municipal.
- Propor qualquer outra actuação no sentido de melhorar a mobilidade sustentável e a acessibilidade no Município.

No que se refere à gestão, dependerá das competências que a autarquia tem em cada uma das tipologias dos transportes.

### Comunicação

Permitir que qualquer pessoa que tenha problemas sensoriais possa comunicar, informar-se e orientar-se no espaço urbano, nos edifícios e nos transportes. De igual forma, que disponha dos meios para detectar os problemas espaciais, quando estes existam.



## **6. ÂMBITOS DE ACTUAÇÃO**

### **6.1. Espaço público**

Para a elaboração do Plano foram estudadas com rigor cerca de 750 trechos de ruas, praças e zonas de lazer.

### **6.2. Edifícios**

Foram visitados e estudados 14 edifícios públicos/municipais, estabelecidos como prioritários.

### **6.3. Transportes**

No estudo de Transportes foram estudados:

- Todas as linhas de Autocarros e as suas Paragens

## **7. CONSENSO E APROVAÇÃO DO PLANO**

### **7.1. Consenso da Proposta**

Uma vez finalizada e orçada a proposta definida no Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade para Todos (Plano SIAT), esta deve ser aprovada pelos técnicos e autoridades responsáveis do Município. Realizar-se-á uma apresentação e discussão até que se chegue ao consenso.

### **7.2. Proposta de regulamento**

Como resultado do Plano de Soluções Integradas de Acessibilidade (Plano SIAT), será necessário fazer uma proposta de regulamento específico no que concerne aos elementos urbanos, mobiliário urbano e tipologia das ruas.

## 8. GESTÃO DO PLANO

O Plano SIAT está sujeito a alterações, devido ao seu plano de implementação, que contempla várias etapas em diferentes horizontes temporais. Desta forma, sempre que se justifique será necessário reformular as medidas previamente definidas, tanto no espaço público como nos edifícios e transportes.

Assim, a Autarquia deve dispor de um sistema de gestão que contemple:

- Em primeiro lugar, a criação de um grupo de trabalho. Grupo esse que deve ser composto por um representante político da autarquia, por técnicos responsáveis por cada área que esteja no âmbito do Plano, e um técnico, nomeado pelo grupo de trabalho, que coordena a execução do Plano. Para assegurar a participação cívica, devem ser incorporados, no grupo de trabalho, representantes da sociedade civil e de associações de pessoas com deficiência.
- Este grupo de trabalho assegurará o correcto desenvolvimento/implementação do plano, justificará as possíveis alterações ao programa de execução, assegurará que os recursos destinados ao Plano não se destinem a outras actuações, assegurará a elaboração de relatórios periódicos sobre a gestão e planificação do plano, assegurará que se aproveitem Fundos de Investimento Europeus e Nacionais para a execução de um Plano de Acessibilidades.
- O grupo de trabalho deve criar mecanismos para assegurar que todas as obras que sejam executadas pela própria autarquia estejam em conformidade com o plano e por tanto sejam acessíveis.
- Integração da participação do sector privado na organização do transporte público.
- Assistência e Cooperação de entidades de instâncias superiores (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Governo Civil, Associações de Municípios, etc.)
- Deverá ser tido em conta a tendência e previsão da evolução demográfica da população.

Realce-se a importância da existência de parcelas orçamentais, relacionadas com a Gestão do Plano, e que devem ser contempladas no orçamento total do Plano SIAT:

- Uma refere-se à criação do órgão gestor, representando 3% do orçamento global do Plano.
- A outra refere-se aos honorários de projectos e direcção de obras que são objecto de intervenção no Plano. Esta parcela deverá estimar-se em 8% do orçamento global do Plano.

## **9. EQUIPA TÉCNICA**

### **9.1. Equipa técnica da ProASolutions**

A equipa técnica da ProASolutions ao serviço do Plano SIAT do Município de Mondim de Basto é constituída por Arquitectos, Geógrafos/Planeadores, Informáticos e Gestores.

### **9.2. Instrumentos**

#### **9.2.1. Cartografia**

A partir da informação cedida pelo Município, e da análise no terreno, produziu-se uma cartografia da rede viária.

Deste modo, as ruas foram divididas em diferentes secções e foram criados dois tipos de troços que se encontram desenhados de duas formas:

- Um troço central, correspondente a cada secção de rua e que indica:
  - declives
  - definição da fase prioritária
  - tipologia da rua na fase prioritária
- Um troço duplo correspondente aos passeios de cada secção de rua que indicam:
  - o estado actual dos passeios
  - a localização dos elementos e do mobiliário urbano
  - a proposta de alterações

### **9.2.2. Sistema de Informação Geográfica (SIG)**

O estudo de acessibilidade que apresentamos foi realizado com a ajuda de uma ferramenta informática denominada SIG (Sistema de Informação Geográfica).

O SIG utilizado foi o MapInfo<sup>1</sup>. Trata-se de uma aplicação que trabalha sobre bases de dados geográficas, que permite visualizar e editar os elementos da via pública, mobiliário urbano, linhas e paragens de transporte público, etc., sobre uma cartografia da planimetria urbana. Todos estes elementos têm uma base de dados associada, que, através do SIG, é possível ser dinâmica, ou seja, actualizada sempre que existam alterações no terreno.

Uma vez visualizada a informação de partida, e com a ajuda do tratamento e consulta dos dados geográficos e da base de dados, é possível produzir um Plano de Acessibilidade racional e optimizado que ofereça o máximo benefício dentro do Município.

---

<sup>1</sup> MapInfo é uma marca registrada da MapInfo Corporation